

RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS LETRADAS E MEMÓRIA NO SÉCULO XVI: UM ESTUDO DOS *TOPOI* QUE APARECEM NA *HISTÓRIA DA PROVÍNCIA SANTA CRUZ*

Manoela Freire Correia (UESB)¹

Marcello Moreira (UESB)²

Resumo: O artigo ora proposto busca relacionar práticas letradas e memória a partir da leitura da *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, do cronista, historiador e gramático português Pero de Magalhães de Gandavo. É interessante notar que os viajantes e cronistas do século XVI, entre os quais Gandavo se destaca, fizeram uso de lugares-comuns (*topoi*) retórico-poéticos antigos para produzir a representação do Novo Mundo. Nessa perspectiva, temos como objetivo evidenciar alguns desses lugares-comuns de autoridades do gênero histórico, como os preceitos indicados pelo sofista Luciano de Samósata em carta ao seu amigo Fílon, dos quais o cronista português se valeu para produzir a sua *História da Província*. Além disso, chamamos a atenção para a *enargeia* ou *evidentia*, técnica da qual Gandavo também se utilizou para pôr a natureza americana diante dos olhos incorpóreos do leitor e a qual está associada ao artifício da *autopsia* ou testemunho de vista. No que tange à relação dos referidos *topoi* com a memória, salientamos que ela se dá à medida que o texto produz o efeito de presença de coisas ausentes segundo o costume de imitação de autoridades antigas do gênero. Com isso, enfatizamos a necessidade de ler o texto de Gandavo considerando os usos e interpretações inscritos nas práticas específicas que o produziram, evitando, assim, leituras anacrônicas e/ou transistóricas.

Palavras-chave: *História da Província Santa Cruz*. Pero de Magalhães de Gandavo. *Topoi* gênero histórico. Memória.

1. INTRODUÇÃO

No artigo que ora apresentamos, buscamos relacionar práticas letradas e memória na medida em que demonstramos os preceitos para se escrever História do sofista Luciano de Samósata, os quais foram utilizados pelo cronista, historiador e ortógrafo Pero de Magalhães de Gandavo ao produzir a sua *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos*

¹ Mestra e doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e, atualmente, desenvolve pesquisas sobre os usos da arte retórica e poética no século XVI, analisando os escritos do historiador, cronista e ortógrafo português Pero de Magalhães de Gandavo, sob a orientação do Professor Doutor Marcello Moreira. E-mail: manufcorreia@yahoo.com.br.

² Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e, atualmente, é professor pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Há anos, pesquisa a cultura da manuscrita no mundo luso-brasileiro com o fim de descrever práticas e agentes da cultura escríbal, assim como o funcionamento de artefatos bibliográficos-textuais, como cancioneiros poéticos e livros de mão de vária natureza. E-mail: moreira.marcello@gmail.com.

Brasil. Inicialmente, falaremos dos *topoi* ou lugares-comuns, sem perder de vista a sua relação com a memória, já que, nas letras coloniais, para lembrar, o indivíduo devia partir de lugares e imagens de lugares. Em uma segunda instância, porém não menos importante, apresentaremos os preceitos para escrever História, elencados por Luciano de Samósata em carta ao seu amigo Fílon, dos quais Gandavo, provavelmente, se utilizou para escrever a sua *História da Província*. Além disso, faremos alusão à técnica da *enargeia*, da qual também se valeram os cronistas e viajantes do século XVI para apresentar o estranho e/ou maravilhoso, pondo diante do olho intelectual do juízo o que queriam mostrar. A *enargeia* ou *evidentia*, uma nitidez brilhante que provoca efeito de maravilha nos leitores, no caso do escrito de Gandavo, associa-se ao artifício da *autopsia* ou testemunho de vista, como demonstraremos. Sendo assim, este artigo será dividido em três partes além da introdução, conclusão e referências: a que trata do lugar comum; a que relaciona *topoi* e memória e, por fim, a que leva na devida conta os preceitos para se escrever História utilizados por Gandavo no escrito em foco. Com isso, propomos uma análise que considera como a *História da Província*, de Gandavo, foi apreendida nas sociedades do Antigo Regime, evitando, assim, uma leitura anacrônica e, por assim dizer, transistórica.

2. DOS *TOPOI* OU LUGARES-COMUNS

Em se tratando dos lugares-comuns, importa esclarecer que não se trata da ideia de senso comum repetida como clichê. Como sabemos, clichê é o nome da placa de metal que é usada como molde para imprimir a página inteira de um texto. Com ela, é possível fazer um sem-número de tiragens dele, sem a necessidade de usar caracteres móveis. Nesse sentido, o clichê significa repetição mecânica e é essa definição que é pressuposta quando se diz que algo é clichê ou lugar comum. Indo de encontro a essa definição, a instituição retórica, que viveu, resguardando as devidas diferenças, desde os gregos do tempo de Platão e Aristóteles até a revolução romântica da segunda metade do século XVIII, atribuía ao lugar comum uma significação diferente de clichê. Ele era, na realidade, um molde definido como sede do argumento, o qual se memorizava e se aplicava para falar e escrever bem. Em palavras mais perspicuas:

O uso do lugar como molde era comum, como repetição partilhada coletivamente; mas a repetição não era mecânica como a do clichê na impressão, mas uma variação elocutiva feita como emulação de discursos que já tinham usado os lugares que eram repetidos na nova situação (Hansen, 2012, p. 160).

Nesse caso, a emulação competia com o discurso imitado, fazendo variações de predicados dele. Por conseguinte, a noção de lugar comum como sede do argumento tornava-se mais extensa e precisa do que a romântica de lugar comum como clichê. Aristóteles, ao tratar da memória no texto intitulado *Da memória e da revocação*, incluiu-a na imaginação e afirmou que ela é constituída por imagens e imagens de lugares, o que significa dizer que é necessário partir de algo localizado e visível quando se lembra. Trata-se, evidentemente, de um *topos*, um lugar, que, por ser repetido quando os vários gêneros do discurso são usados, torna-se comum. Na *Retórica* de Aristóteles, lemos:

[...] tópicos [...] são os lugares comuns a questões de direito, de física, de política e de muitas disciplinas que diferem em espécie, como por exemplo o tópico de mais e menos; pois será tão possível com este formar silogismos ou dizer entimemas sobre questões de direito, como dizê-los sobre questões de física ou qualquer outra disciplina ainda que estas difiram em espécie. São, porém, específicas as conclusões derivadas de premissas que se referem a cada uma das espécies e gêneros; como, por exemplo, as premissas sobre questões de física, das quais não é possível tirar nem entimema nem silogismo aplicável à ética; e outras sobre ética de que não se pode tirar nem entimema nem silogismo aplicável à física. O mesmo se passa com as demais disciplinas (Aristóteles, 1998 [367-332 a.C.], p. 54-55).

Com o Estagirita, vemos que é possível classificar e colecionar esses *topoi* (tópicos) que são aceitos como válidos para discutir coisas prováveis – *endoxa*. O *endoxon*, conforme Hansen (2012), é a boa *doxa*, ou seja, a boa opinião sobre as coisas, a opinião considerada verdadeira pelos sábios ou pela maioria deles. Dessa forma, na invenção do novo discurso (*inventio*, do verbo latino *invenire*, achar, encontrar, e *heuresis*, em grego, do verbo *heurein*, inventar, achar), o orador encontrava alguma coisa (*topos*, *locus*) já conhecida para usá-la. E esse *topos* ou *locus* era um lugar retórico ou dialético guardado em lugares físicos imaginários (*topoi*, *loca*) das artes da memória como sede de argumentos aplicados pelo orador:

Os lugares assemelham-se muito a tábuas de cera ou rolos de papiro; as imagens, a letras; a disposição e colocação das imagens, à escrita; a pronúncia, à leitura. Devemos, então, se desejarmos lembrar muitas coisas, preparar muitos lugares para neles colocar muitas imagens ([Anônimo], 2005 [86-82 a.C.], p. 185).

Além disso, o retor Anônimo da *Retórica a Herênio* chama a atenção para o fato de que é preciso dispor esses lugares em uma sequência, para não acontecer de confundirmos a ordem e sermos impedidos de seguir as imagens partindo do ponto que quisermos. Cícero, no *De la*

invención retórica, também trata dos lugares-comuns ao afirmar que “los argumentos que pueden aplicarse a muchas causas se llaman lugares comunes” (Cicerón, 1924 [91-81 a.C.], p. 71). Nos *Diálogos del orador*, por sua vez, ele afirma que, deles, nascem as provas para todos os discursos:

Si se trata de lo que tiene relación con el asunto, hay muchos lugares y fuentes de argumentación, porque pueden tomarse de las palabras conjuntas, de los géneros, de las especies, de la semejanza y desemejanza, de los contrarios, de los consiguientes, de los antecedentes, de los opuestos, de las causas y de los efectos, de lo mayor, de lo igual y de lo menor [...]. Impresos en la mente estos lugares comunes, y fijándose en ellos siempre que un nuevo asunto se presenta, nada habrá que pueda ocultarse al orador, así en las disputas forenses como en la teoría (Cicerón, 1924 [55-51 a.C.], p. 325-327).

Assim, o orador arguto sempre buscará nesses lugares as fontes dos seus argumentos, de modo que, com arte, observação e costume, nada que pertença ao assunto lhe escapará. Além disso, Cícero diz que o lugar é escrito na tabuinha de cera da mente como uma questão indeterminada (*quaestio infinita*) ou argumento genérico que o orador e o poeta acham em elencos que memorizam como um molde, o qual é preenchido com uma questão determinada ou particular de que tratam (*quaestio finita*). Dito de outro modo, a questão indeterminada ou *quaestio infinita* é o lugar comum eleito, e a questão determinada ou *quaestio finita* é o discurso particular que faz uso dele e o particulariza semanticamente. Nesse aspecto, Hansen afirma haver dois discursos no discurso: o dos lugares-comuns e o das referências particulares:

Retoricamente, há dois discursos no discurso: o dos lugares-comuns de cada gênero, que são memorizados, achados e aplicados como teses ou questões genéricas e indeterminadas, e o das referências particulares, que especificam e variam os lugares indeterminados como hipóteses ou questões determinadas (Hansen, 2012, p. 167).

Esses lugares são chamados de comuns porque são coletivos e anônimos. Como sedes de argumentos, podem ser transferidos de uma causa para outra. Daí serem comuns, aplicados a causas diversas do mesmo gênero. Em suma: eles são argumentos primordiais que, em todos os gêneros do saber, constituem um conjunto de máximas sobre os mais diversos assuntos, extraídas de textos de poetas e prosadores. A coletânea deles, portanto, compõe um conhecimento perfeito, já que os grandes autores são lidos para colher, aqui e acolá nos seus textos, um sem-número de sentenças úteis à causa que é exposta. Indo além, reiteramos que as

imagens desses lugares pressupõem elocução adequada, isto é, palavras adequadas, afinal eles se opõem ao esquecimento e à morte.

Por fim, interessa aditarmos que os autores de preceptivas retóricas do século XVI, de acordo com Hansen (2012), tenderam a propor três grandes classificações dos lugares, a saber: a primeira, que conceituou o lugar como o argumento genérico ou a questão indeterminada como sede de argumentos, conforme vemos em Cícero, a ser preenchida com uma questão determinada ou particularizadora; a segunda, por sua vez, trata do lugar como uma rubrica, um índice classificatório de assuntos, tais como os conceitos predicáveis extraídos das Escrituras, os quais sermonistas colecionavam em caderninhos para adequá-los à invenção dos sermões pregados nas diversas datas litúrgicas da Igreja, e a terceira, que toma o lugar como a premissa maior de um silogismo, a qual é amplificada em uma demonstração, conforme demonstrou Boécio, que viveu entre 480 e 524 d.C. e tratou dos lugares retóricos “como argumentos aplicáveis em causas particulares como silogismo retórico, entimema ou dedução metafórica que efetua a verossimilhança apta a convencer a audiência sobre a validade do discurso, mais que prová-la dialeticamente” (Hansen, 2012, p. 174). Entre estas, como se pode facilmente supor, a primeira acepção é a que mais se adequa ao nosso estudo, já que buscamos demonstrar de quais lugares-comuns ou argumentos genéricos (*quaestio infinita*) Gandavo lançou mão para preencher uma questão determinada (*quaestio finita*): produzir a *História da Província Santa Cruz*. Antes, contudo, de proceder a esta análise, torna-se de grande monta reportar à relação entre esses lugares-comuns e a memória.

2.1 OS *TOPOI* E A RELAÇÃO COM A MEMÓRIA

Como vimos na subseção anterior, os *topoi* não são clichês, no sentido de repetição mecânica, mas lugares-comuns como ‘sede do argumento’, que se memorizava e aplicava para falar e escrever bem. Assim sendo, chamamos a atenção para o fato de que os *topoi* – *loci* na teorização latina – são lugares discursivos e/ou argumentos utilizados na invenção – *inventio* – para produzir um discurso. Na instituição retórica, *inventio* significava encontrar um *locus* já conhecido para usá-lo quando da fatura de um novo discurso. Trata-se, desse modo, de uma das partes da retórica, as quais foram sintetizadas por Hansen da seguinte maneira:

Retoricamente, a invenção corresponde ao ato em que se acham coisas verdadeiras ou semelhantes ao verdadeiro que tornam provável a causa que é tratada no discurso; a disposição distribui essas coisas pensadas e imaginadas numa ordem particular; a elocução as põe em palavras adequadas; a memória

armazena as coisas e as palavras; a pronúncia ou ação dramatizam as coisas e as palavras para uma audiência (Hansen, 2012, p. 161).

Assim, dizemos que o termo *inventio*, do verbo *invenire*, achar, encontrar, não se confunde com o significado que tem hoje: ‘originalidade’, mas ao ato de encontrar argumentos de utilidade e honestidade para o gênero de que se trata. De acordo com Cícero, “hay ciertos lugares propios de estas causas, no independentes de la posición de la causa, sino acomodados al fin especial de estos géneros” (Cicerón, 1924 [91-81 a.C.], p. 99). E essas coisas (*res*) ou matérias achadas segundo o costume devem ser dispostas numa ordem determinada conforme o gênero. É a disposição (*dispositio*). Ela não é a mesma para todos os gêneros. Na verdade, “há tantas disposições ou ordens do discurso quantos são os gêneros” (Hansen, 2013, p. 26). A elocução (*elocutio*), por sua vez, está para o uso de palavras adequadas aos *topoi* e para a ornamentação regrada do estilo (*stilus*), que é a variação da elocução característica do autor que emula uma *auctoritas*. Essas três divisões – invenção, disposição e elocução – dão conta da produção do enunciado, mas, como o discurso antigo era oral, não podia prescindir da memória e da ação (*actio*). Desta, é suficiente dizermos que consiste na proferição do discurso. É, como se pode notar, tão pragmática quanto a memória por ser propriamente enunciativa.

Nesse passo, não podemos deixar de aludir à memória. Cícero, no *Diálogos del Orador*, atribui a invenção da mnemotécnica ou arte da memória ao poeta Simônides de Cós, do século VIII a.C.:

Cuentan que cenando Simónides en Cranión de Tesalia en casa de Escopas, hombre rico y noble, como hubiese cantado unos versos que en alabanza del mismo Escopas había compuesto, donde, como suelen los poetas, introducía un largo episodio en loor de Cástor y Pólux, díjole Escopas con sordida avaricia que le daría la mitad de lo que había prometido por aquellos versos, y que lo demás se lo pediese a los Tindáridas, a quienes tanto había elogiado. Poco después vinieron a decir a Simónides que saliera, porque había a la puerta dos jóvenes que preguntaban por él; se levantó, salió, pero no vió a nadie. Entretanto vino a tierra el aposento donde comía Escopas, y entre las ruinas perecieron él y los suyos, sin que pudiesen reconocer ni distinguir los cadáveres para enterrarlos. Y dicen que Simónides, por acordarse del lugar en que cada uno había comido, fué indicando donde se los debía de sepultar (Cicerón, 1924 [55-51 a.C.], p. 363).

O orador romano complementa a narrativa, dizendo que a ‘ordem’ é o que dá luz à memória. Por isso, quem quiser cultivá-la deverá eleger certos lugares e colocar neles as imagens das coisas que quer recordar, de sorte que a ordem dos lugares conserve a mesma ordem das coisas, que serão recordadas por suas imagens. Para ele, os lugares são como a cera,

e as letras, os simulacros, donde concluímos que as palavras, compostas por letras (signos específicos), são as imagens que, na percepção sensorial, substituem a ausência, ou seja, constituem a presença do ausente nas representações. Diante disso, asseveramos, de acordo com Cícero, que a memória, figurada na narrativa, é tão-somente imagem do que não é mais: “nenhuma memória restitui a memória mesma do passado. O que não existe no passado é justamente o próprio passado – seu tempo está extinto, seu espaço se arruinou e os homens morreram” (Hansen, 2012, p. 163). E essas imagens de “uma presença que se ausentou” são substituídas por imagens verbais que se opõem ao esquecimento. A imagem é, assim, semelhante ao que foi a “verdade da percepção”:

A imagem é produto da *phantasia*, a imaginação: não é a presença da coisa real, mas semelhança da percepção de uma sensação desprovida de matéria, ou seja, a imagem é semelhante ao que se acredita ter sido a verdade da percepção quando o passado aconteceu (Hansen, 2012, p. 163-164).

Daí afirmarmos que a noção retórica de *topoi* – lugares-comuns – envolve coisas complexas como a memória e a verdade. Esta é entendida como *(a)létheia*, não esquecimento, que aparece associado à memória e à teoria ou a visão do ser das coisas. Para Hansen, a narrativa de Simônides de Cós figura o arquétipo de qualquer lembrança:

[...] a memória pressupõe um lugar de desastre, o passado, lugar de destruição e ausência, para opor-se à morte como máquina ou artifício cuja ordem classifica, ordena e comunica metáforas que substituem nomes de mortos reais, que ocupavam lugares reais, por imagens artificiais (*eidola*, *eikona*, *images*, *effigies*) dispostas segundo a ordem artificialmente determinada dos lugares físicos imaginários ocupados pelos seus corpos. (Hansen, 2013, p. 28).

Nesse contexto, a memória é constituída por imagens e como imagens de lugares. Na *Retórica a Herênio*, o retor Anônimo define a memória como “a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição” ([Anônimo], 2005 [86-82 a.C.], p. 55). Para tal autor, ela é a “guardiã de todas as partes da retórica” e pode ser dividida em duas: memória natural e memória artificial. A primeira, que está situada em nossa mente e nascida junto com o pensamento, deve ser fortalecida pelo preceito; a segunda, por sua vez, que pressupõe indução e método preceptivo, necessita do engenho. Elas se constituem de lugares e imagens, conforme fica claro nas definições apontadas pelo Anônimo:

Chamo lugar aquilo que foi encerrado pelo homem ou pela natureza num espaço pequeno inteira e distintamente, de modo que possamos facilmente percebê-lo e abarcá-lo com a memória natural: como uma casa, um vão entre colunas, um canto, um arco e coisas semelhantes. Já as imagens são determinadas formas, marcas ou simulacros das coisas que desejamos lembrar. Por exemplo, se queremos guardar na memória um cavalo, um leão ou uma águia, será preciso dispor suas imagens em lugares determinados ([Anônimo], 2005 [86-82 a.C.], p. 183).

À vista disso, afirmamos que o lugar é uma coisa visível da qual se deve partir quando se lembra. Trata-se, portanto, de uma coisa mentalmente espacializada que pode ser repetida quando os vários gêneros do discurso são usados. Daí se dizer ‘lugar comum’, isto é, comum a todos os gêneros, já que podem ser utilizados por muitas disciplinas diferentes entre si, sem desconsiderar as especificidades de cada um. Os *topoi*, nesse íterim, podem ser pensados como lugares retóricos ou dialéticos³ que são guardados em lugares físicos ou imaginários da memória, constituindo, pois, sede de argumentos – *sedes argumentorum* – aplicados pelo autor.

Diante disso, podemos afirmar que, nas letras coloniais, são essas concepções de memória que vigem. Para a produção dos seus escritos, os autores quinhentistas remontam às *auctoritates* do gênero específico de que tratam, a fim de encontrar os *topoi* ou lugares-comuns para a produção da invenção, primeira parte da retórica. Há aí, portanto, um movimento de retorno ao ‘autor fundamental’, pois não se restitui o passado em si, mas produz-se uma representação que institui a presença de uma ausência. Acrescentamos, ainda, que essa memória é partilhada por destinatários discretos, que conhecem os preceitos do gênero. Daí dizermos lugar comum: comum porque utilizado por mais de um gênero, respeitando-se as especificidades, como apregoa Aristóteles; comum a mais de um tempo: o do ‘autor fundamental’ e o do agente do discurso, que só se torna experiente por meio da técnica, driblando, assim, o acaso e a inexperiência. Esses lugares-comuns são, por assim dizer, as boas opiniões consideradas verdadeiras pelos sábios, ou pela maioria deles, e são elas, portanto, que norteiam a produção dos textos quinhentistas, impedindo que eles sejam vistos como dados brutos da empiria. De acordo com Hansen: “Esta é, aliás, a ideia aristotélica de *mimesis*: atividade produtiva que imita a potência geradora da *physis* e a aperfeiçoa. Não se imita o

³ Aristóteles define os lugares dialéticos como sendo próprios de dedução lógica, e os retóricos como argumentos usados pelo orador para persuadir a audiência em causas particulares. De acordo com Hansen, “a dialética trata de argumentos válidos, enquanto a retórica usa de qualquer meio disponível para convencer ou persuadir” (Hansen, 2012, p. 165). Isso implica dizer que a retórica é a técnica que tem o poder de perceber o que em cada caso é persuasivo, daí se dizer persuasão ‘atécnica’ – fora da arte –, que envolve provas materiais, torturas, testemunhos, contratos assinados, etc, e ‘entécnica’ – inventada pelo orador –, que utiliza os lugares. Aristóteles se vale, também, da terminologia ‘provas inartísticas’ e ‘provas artísticas’, respectivamente, para referir-se às provas de persuasão.

individual e o empírico, com realismo ou naturalismo, mas inventa-se o típico por abstração” (Hansen, 2013, p. 33). Portanto, fica claro que, ao orador, é indispensável colecionar e classificar as premissas atinentes ao gênero de que pretende tratar. Corolariamente, isso remete à questão da verdade associada à da memória como não esquecimento: “As opiniões tidas por verdadeiras fornecem causas e explicações que tornam o discurso verossímil ou semelhante ao verdadeiro da opinião” (Hansen, 2007, p. 2).

Feitas as aludidas considerações, torna-se indisfarçável a necessidade de tecermos alguns comentários sobre o gênero histórico, já que Gandavo se propôs escrever a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Nesse ínterim, é preciso levar em conta a carta que o sofista Luciano de Samósata escreveu para o seu amigo Fílon, a fim de aconselhar historiadores sobre como proceder quando da escrita da História. Gandavo parece ter ido ao encontro do que preconiza Samósata, na medida em que segue os conselhos deste, como demonstraremos nas linhas inframencionadas.

2.2 DO GÊNERO HISTÓRICO

Primeiramente, importa esclarecermos que Samósata, na sua carta intitulada: *Como se deve escrever a História*, dirigida ao seu amigo Fílon, não pretende, propriamente, formar historiadores, mas aconselhar quanto à adequada utilização da técnica na produção do discurso histórico. Em outros termos, podemos dizer que o seu conselho tem um duplo objetivo: ensinar o candidato a historiador a escolher algumas coisas e a evitar outras. Assim sendo, é relevante assinalar que, diferentemente da poética e da poesia, a História tem uma finalidade e regras próprias, as quais dizem respeito, primeiramente, à verdade. Em palavras mais perspícuas:

É esta [...] uma característica própria da História, e qualquer pessoa que se proponha escrever uma obra histórica deve sacrificar exclusivamente à verdade, sem se importar com qualquer outra coisa. Numa palavra, a única bitola, o único critério exacto consiste em atender, não aos actuais ouvintes, mas àqueles que, no futuro, tomem conhecimento das obras. Se, pelo contrário, [o historiador] cuidar apenas do presente, é natural que seja incluído no grupo dos bajuladores, aos quais desde há muito, logo desde o princípio, a História voltou as costas, não menos do que a cultura física relativamente à cosmética (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 51).

Face ao excerto acima, ratificamos o compromisso que o discurso histórico deve ter com o relato das coisas como elas se passaram, com o fito de atender não apenas os ouvintes do presente, mas também, e sobretudo, os vindouros, afinal o historiador deve pensar na eternidade

e reclamar dos pósteros o prêmio da sua obra. Nesse diapasão, faz-se mister citar um trecho do Prólogo ao leitor da *História da Província* em que Gandavo explicita que o seu escrito é verdadeiro, bem como evidencia o objetivo de atender não apenas os leitores do presente, mas de dar à sua *História* a perpétua memória:

PROLOGO AO LECTOR.

A CAVSA principal que me obrigou a lançar mão da prefente historia, & fair com ella a luz foy por nam auer ategora peffoa que a empredeffe, auendo já fetenta & tantos annos que efa prouincia he descoberta. A qual historia creyo que mais efteue fepultada em tanto filencio, pelo pouco cafo que os Portuguefes fizeram fempre da mesma prouincia, que por faltarem na terra peffoas de ingenho & curiofas, que per melhor estillo & mais copiofamente que eu a efcreveffem. [...] **parece coufa decente & neceffaria, terem tambem os noffos naturaes a mesma noticia, especialmente pera que todos aquelles que nestes Reinos viuem em pobreza nam duuidem escolhela pera feu emparo: porque a mesma terra he tal, & tam fauoravel aos que a vam buscar, que a todos agafalha & conuida com remédio por pobres & defemparados que fejam. E tambem ha nella coufas dignas de grande admiraçam, & tam notauéis, que paecêra descuido & pouca curiofidade noffa, nam fazer mençam dellas em algum difcurfo, & dalas a perpetua memoria** (Gandavo, 1576, f. 8v, grifo nosso).

O excerto acima, além de atender ao preceito de escrever não somente para os leitores contemporâneos, mas também para os pósteros, demonstra qual a utilidade da *História* de Gandavo: dar notícia da Província Santa Cruz, visto que, setenta anos depois de descoberta, não houve pessoa que o fizesse. Nesse diapasão, o cronista exorta aqueles do reino que vivem em pobreza a irem povoar a América portuguesa, uma vez que a terra é tão favorável que a todos agasalha, além de possuir coisas tão dignas de admiração e tão notáveis que seria um descuido não fazer menção delas e deixá-las caírem no esquecimento. Dessa forma, Gandavo atendeu também à diretriz de Samósata no que diz respeito à utilidade que o discurso histórico deve perseguir. O sofista esclarece que, além de o historiador dever ser uma pessoa destemida, incorruptível, imparcial, amiga da franqueza e da verdade, sem atender a ódios ou amizades e sem poupar ninguém, sem considerar a opinião de quem quer que seja, mas dizer simplesmente o que se passou, deve ter a utilidade do discurso como fim. Ela deve ser o objetivo do historiador sério, a fim de que os escritos históricos sirvam de exemplos às situações presentes e futuras semelhantes. Referindo-se a Tucídides, que distinguiu a virtude do defeito numa obra histórica, Samósata afirmou:

[...] a ideia de utilidade [...] constitui o objetivo que o historiador sério deve colocar como fundamento da História, a fim de que [...], se alguma vez

ocorrerem situações semelhantes, ele possa, ao olhar para os escritos históricos anteriores, aplicá-los à situação presente (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 52).

Esse critério da utilidade, como vimos, é atendido por Gandavo, posto que o cronista português escreve a sua *História da Província* com vistas a justificar a intervenção europeia nos trópicos e, como ele próprio assevera, para alcançar a perpetuidade:

Como pois a escriptura feja a vida da memoria, & a memoria hũa femelhança da immortalidade a que todos deuemos aspirar, pela parte que della nos cabe, quis mouido deftas razões, fazer esta breue hiftoria, pera cujo ornamento nam busquey epítetos exquifitos, nem outra fermofura de vocábulos de ã os eloquentes oradores coftumão ufar, pera com artificio de palavras engrandecerem fuas obras. Somente procurey escreuer efta na verdade, per hum estilo fácil & chão, como meu fraco ingenho me ajudou, defejofo de agradar a todos os que della quiferem ter noticia (Gandavo, 1576, f. 10).

Como podemos atestar no trecho acima, que faz parte do Prólogo ao leitor, o escrito de Gandavo aspira à eternidade, já que a escritura é vida da memória, e esta, uma semelhança da imortalidade. Ademais, ele vai ao encontro das recomendações de Samósata de que o historiador não deve utilizar palavras inconvenientes, desusadas, ordinárias e, o mais importante, deve escolher vocábulos que a maioria compreende e as pessoas cultas aprovam:

Assim como já havíamos estabelecido como objeto das qualidades de espírito do historiador a franqueza e a verdade, assim também, no que respeita ao estilo, o primeiro objetivo consiste em apresentar os factos com exatidão e expô-los com clareza, sem utilizar palavras inconvenientes, desusadas, ordinárias ou de taberneiro, mas sim palavras que a maioria compreenda e as pessoas cultas aprovelem. Em todo o caso, porém, pode ornamentar [o discurso] com figuras de retórica que não ofendam [a sensibilidade] e tenham um aspecto espontâneo, pois, caso contrário, fará com que o discurso se pareça com pratos muito condimentados (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 53).

A *História* de Gandavo está longe de ser análoga a um prato muito condimentado, já que não ofende a sensibilidade e tem um aspecto espontâneo que é característico das quatro versões do seu escrito. O cronista parece pesar os acontecimentos como se fosse numa balança, sem perder de vista a moderação: “sem alongamentos excessivos, sem mau gosto, sem impetuosidade infantil” (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 55). Para além dessas considerações, Samósata assevera que uma obra histórica deve vir apetrechada com as duas qualidades seguintes: inteligência política e capacidade de expressão. Desta, Gandavo já tratou no trecho acima ao mencionar que, para produzir a sua breve história, optou por uma linguagem

inornada, sem epítetos esquisitos ou qualquer formosura de vocábulos que, costumeiramente, os oradores utilizavam para, com artifício de palavras, engrandecerem suas obras. Nessa perspectiva, o ortógrafo português vai ao encontro do que diz o sofista nas linhas abaixo, que esclarece que a linguagem do historiador deve ser chã, obedecendo ao freio e sendo prudente, mesmo quando o pensamento participe e se aproxime um pouco do estilo poético, grandiloquente e sublime:

Que o seu pensamento, no entanto, participe e se aproxime um pouco do estilo poético, na medida em que este é grandiloquente e sublime, especialmente quando [o historiador] trata de linhas de combate [...]. Que a sua linguagem, porém, caminhe rente ao chão, apenas se elevando de acordo com a beleza e com a grandeza dos factos narrados, pondo-se, na medida do possível, ao nível destes, acolhendo essa linguagem, mas sem se deixar possuir para além do que é conveniente (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 53).

E não só a esse critério da linguagem rente ao chão o cronista atende, mas também àquele que diz respeito à inteligência política, haja vista que alude à necessidade de conversão dos brasis à Cristandade, justificativa para o empreendimento colonizador. Leiamos, a título de comprovação, o excerto que se segue da *História da Província*, em que o historiador português se reporta ao trabalho dos Padres da Companhia de Jesus com vistas à conversão dos índios:

Capítulo 13. Do fruto que fazem nefas partes os Padres da Companhia com fua doctrina

POr todas as Capitanias defta prouincia eftam edificados moiteiros dos Padres da Compania de IESV, & feitas em algũas partes algũas Igrejas entre os Indios q̃ fam de paz, onde refidem algũs Padres pera os doutrinar & fazer Chriftãos: o que todos aceitam facilmente fem contradiçam algũa. Porque como elles nam tenham nhũa ley, nem coufa entre fi a que adorem, helhes muito facil tomar esta noffa. E afsi tambem com a mesma facilidade, por qualquer coufa leue a tornam a deixar, & muitos fogem pera o fertam, depois de baptizados & infruidos na doutrina Chriftaã. E porque os Padres vem a inconfancia que ha nelles, & a pouca capacidade que tem pera obferuarem os Mandamẽtos da ley de Deos (principalmente os mais antigos, que fam aquelles em q̃ menos fructifica a femente de fua doctrina) procuram em efpecial plantála em feus filhos, os quaes leuam de mininos infruidos nella. E defta maneira fe tem efperança (mediante a diuina graça) que pelo tempo a diante fe va edificando a religião Chriftaã por toda efta prouincia, & que ainda nella floreça vniuerfalmente a noffa fancta Fé catholica, como noutra qualquer parte da Chriftandade (Gandavo, 1576, f. 88v-90).

Esse trecho da *História* de Gandavo revela a inteligência política necessária ao historiador, conforme a prescrição de Samósata, além de se valer de um estilo claro, conforme também instrui o sofista: Gandavo narra os fatos dispondo-os convenientemente, indo ao

encontro do preceito de que a expressão do discurso histórico deve ser precisa e coerente, sem perder de vista a *claritas, lucidas*: “Acima de tudo, que [o historiador] transmita uma imagem semelhante à de um espelho: clara, brilhante, perfeitamente focada e que mostre as formas das coisas tais quais as recebeu, sem qualquer distorção, sem alteração de cor e sem mudança de aspecto” (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 55). Essa *claritas* ou *lucidas* também pode ser verificada no trecho abaixo, em que o historiador português narra os fatos, apresentando-os o mais claramente possível, numa linguagem que, só de escutar/ler, faz com que o leitor veja o que está dito:

[...] Ao outro dia feguinte, fahio Pedraluarez em terra com a mayor parte da gente: na qual fe differe logo Miffa cantada, & ouue pregaçam: & os Indios da terra que ali fe ajuntáram ouuvirão tudo com muita quietaçam, vfando de todos os actos & cerimonias que vião fazer aos noffos. E afsi fe teueram lume da Fé, ou que por algũa via lhes fora reuelado aquelle grande & ineffabil myfterio do Sanctifsimo Sacramento (Gandavo, 1576, f. 12).

Na citação acima, Gandavo põe sob os olhos incorpóreos a primeira missa celebrada no Brasil, de maneira que é possível visualizar a chegada dos europeus em terra e a participação dos silvícolas na cerimônia. Trata-se, aí, da *enargeia* ou *evidentia*, técnica de produzir o discurso eficaz que diz respeito aos efeitos de clareza, os quais fazem com que o discurso quase produza a visão por meio da audição. Não se relaciona a uma visão realista ou naturalista das nossas histórias literárias ou histórias da arte, mas a um efeito de ‘vividez’ que põe sob os olhos – *pro omnatom* – o fato narrado, como se os ouvintes/leitores o estivessem vendo (Hansen, 2012, p. 170). A *enargeia*, como afirma Carlo Ginzburg (1991), é a garantia da verdade histórica, que lhe confere clareza, nitidez, vivacidade. Esse preceito de verdade perseguido pelo discurso histórico tem estreita relação com o artifício da *autopsia*, quando o historiador está apto a transmitir a sua própria experiência, como testemunha, pondo uma realidade invisível debaixo dos olhos dos seus leitores. Como sumariza Ginzburg (1991, p. 220): “*Enargeia* era um meio de realizar *autopsia*, ou seja, visão directa, pela acção do estilo”. Nesse sentido, o historiador mais eficiente era aquele que fazia com que sua narrativa se parecesse com uma pintura, transmitindo vivacidade. Mais do que isso:

Entendia-se, especialmente na Grécia, que o historiador era antes de mais nada uma testemunha, tão perto quanto possível dos acontecimentos de que falava; a ênfase sobre a *autopsia*, sobre a visão directa, significava que factos baseados em ouvir-se dizer eram considerados de natureza inferior (Ginzburg, 1991, p. 225).

Gandavo, como se pode facilmente inferir, também buscou atender a essa prerrogativa, na medida em que afirmou ter escrito a sua *História* como testemunha de vista, estando presente ao narrar e produzindo um *effet de vérité* que é próprio do historiador comprometido com uma completa e verdadeira história ou com uma visão direta (*autopsia*):

[...] E ifto afsi pelo merecimêto do nobilifsimo fangue & clara progenie donde traz fua origem, como pelos tropheos das grandes victorias, & cafos bem afortunados que lhe hão fuccedido nefas partes do Oriente em que Deos o quis favorecer com tam larga mão, que nam cuidio fer toda minha vida baftante pera fatisfazer á menor parte de feus louvores. E como todas eftas razões me ponham em tanta obrigação, & eu entenda que outra nenhũa coufa deue fer mais aceita a peffoas de altos ânimos que a liçam das efcrituras, per cujos meynos fe alcançam os fegredos de todas as fciencias, & os homens vêm a illuftrar feus nomes & perpetualos na terra com fama imortal, determiney escolher a V.M. entre os mais fenhores da terra, & dedicar-lhe efta breue hiftoria. A qual efpero que folgue dever cõ atençam & receberma benignamente debaixo de feu emparo: **afsi por fer coufa noua, & eu a efcreeuer como teftemunha de vista**: como por faber quam particular affeiçam V.M. tem ás coufas do ingenho, & que por efta caufa lhe nam fera menos aceito o exercicio das efcrituras, que o das armas (Gandavo, 1576, f. 8, grifo nosso).

No excerto acima, que é parte da dedicatória que Gandavo faz a D. Leonis Pereira, o qual, recentemente, tinha se destacado em uma guerra contra o sultão do Achém, o ortógrafo faz uso do recurso da *autopsia*, afirmando que foi testemunha de vista da narrativa que escreveu. Assim procedendo, ele vai ao encontro do preceito da verdade do discurso histórico, pois narra a própria experiência. Diante do que vai exposto, podemos afirmar que Gandavo produz a sua *História da Província* em consonância com os conselhos da carta de Samósata ao seu amigo Fílon, inclusive no que tange ao uso das figuras de retórica. Gandavo faz uso delas de maneira sóbria, sem prescindir da moderação, como tentamos demonstrar ao longo deste artigo. Ele vale-se da franqueza e da verdade, apresentando os fatos com exatidão e clareza, primando pela enunciação de feitos tidos como sucedidos e atendendo, assim, ao critério do verossímil do discurso histórico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, reiteramos que o escrito de Gandavo vai ao encontro dos preceitos do gênero histórico indicados pelo sofista Luciano de Samósata, como demonstramos nas linhas supracitadas, figurando entre as apropriações que têm a memória dos *topoi* como ponto fundamental. Na realidade, o passado que nos interessou ver na análise aqui empreendida não

foi o do contato dos europeus e suas impressões do Novo Mundo, mas o passado das autoridades do gênero histórico, especialmente Samósata, que autorizam os enunciados em retrospecto. Assim procedendo, o texto de Gandavo, como outros escritos coetâneos, demonstrou decoro retórico e decoro ético-político, revelando as verdades divinas, justificativa para a colonização do Brasil, e colocando-se, em oposição aos índios bárbaros, como discreto e civilizado, num par diferencial em que o europeu reafirmava positivamente sua posição como modelo universal – *uomo universale* –, o que denotava sua superioridade na ordenação hierárquica do Império português. Em última instância, testemunhamos a agudeza de Gandavo à medida que ele não ignora o fato de que os historiadores não escrevem como os oradores, pois tratam do já sucedido, e, sendo assim: “não têm de procurar *o que* hão-de dizer, mas sim *como* hão-de dizer” (Samósata, 2013 [162-165 d.C.], p. 55). E foi assim que ele conferiu à sua história a vivacidade, a nitidez e a clareza próprias do discurso histórico, buscando produzir um efeito de verdade a partir do testemunho de vista.

4. REFERÊNCIAS

- [ANÔNIMO]. **Retórica a Herênio**. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005 [86-82 a.C.].
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e Notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998 [367-332 a.C.].
- ARISTÓTELES. Da memória e da revocação. In: ARISTÓTELES. **Parva Naturalia**. Tradutor Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012 [350-322 a.C.].
- CICERÓN, Marco Tulio. De la Invención Retórica. In: CICERÓN, Marco Tulio. **Vida y Discursos**. Madrid: Impreso por Librería de los Sucesores de Hernando, 1924 [91-81 a.C.].
- CICERÓN, Marco Tulio. Diálogos del Orador. In: CICERÓN, Marco Tulio. **Vida y Discursos**. Traducción de D. Marcelino Menéndez Pelayo. Madrid: Impreso por Librería de los Sucesores de Hernando, 1924 [55-51 a.C.].
- GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Historia da prouincia Sancta Cruz, a que ulgar mente chamamos Brasil**: feita por Pero Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Illustre Sñor Do Lionis Pereira gouernador que foy de Malaca e das demais partes do Sul da India. Lisboa: Antônio Gonçalves, 1576.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.
- HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. **Revista USP**, v. 71, p. 85-105, 2007.
- HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (orgs.). **Retórica**. São Paulo: Annablume, 2012, p. 159-177.
- HANSEN, João Adolfo. Instituição Retórica, Técnica Retórica, Discurso. **Revista Matranga**, v. 20, n. 33, p. 11-46, Rio de Janeiro, jul/dez. 2013.
- SAMÓSATA, Luciano de. Como se deve escrever a História. In: SAMÓSATA, Luciano de. **Luciano V**. Tradução, introdução e notas de Custódio Magueijo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013 [162-165 d.C.].